



**Secretaria de Estado
de Fazenda do Estado
do Rio de Janeiro
Concurso Público 2010
PROVA 1 – 01/05/2011
Caderno de Provas Objetivas**



ANALISTA DE CONTROLE INTERNO TIPO 1 – BRANCO

Atenção!

Você está recebendo um caderno de provas do tipo 1. Portanto, **verifique se sua folha de respostas é, também, do tipo 1.** Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações gerais

- Você receberá do fiscal de sala o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova de tipo 1;
 - b) este caderno de prova tipo 1, com o enunciado das 100 (cem) questões, sem repetição ou falha.
- Não será permitida a permanência de candidato em sala de prova portando aparelhos eletrônicos como *pager*, telefone celular, relógio do tipo *data bank*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, máquina de calcular e/ou similares. **Tal infração pode acarretar eliminação sumária do candidato.**
- Verifique se o material está em ordem, se seu nome e número de inscrição são os que aparecem na folha de respostas.
- Ao receber a folha de respostas, é sua **obrigação**:
 - a) ler atentamente as instruções de preenchimento da folha de respostas;
 - b) assinar a folha de respostas.
- As questões da prova são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.
- Você deverá transcrever as respostas da prova para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.
- O preenchimento da folha de respostas, de inteira responsabilidade do candidato, dar-se-á mediante utilização de caneta esferográfica de cor preta ou azul.
- Em hipótese alguma haverá substituição das folhas de respostas por erro do candidato.
- O tempo disponível para esta prova será de cinco horas.
- Você somente poderá sair do local de prova 2 (duas) horas após o seu início.
- Você somente poderá levar consigo o caderno de questões nos últimos 30 (trinta) minutos de prova.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, entregue a folha de respostas e deixe o local de prova.

Texto para as questões 1 a 14

Cidadania e Responsabilidade Social do Contador como agente da conscientização tributária das empresas e da sociedade

Entende-se que a arrecadação incidente sobre os diversos setores produtivos é necessária para a manutenção da máquina governamental, para a sustentação do Estado em suas atribuições sociais e para aplicação na melhoria da qualidade de vida da população. É imprescindível que a tributação seja suportável e mais bem distribuída e que contribuam com justiça e se beneficiem dessa contribuição.

A conjuntura atual exige maior qualificação em todas as áreas do conhecimento; assim, a profissão contábil deve despertar para a conscientização tributária. Conceitos como parceria e corresponsabilidade no sistema tributário somente podem ser efetivados se a sociedade como um todo estiver mais esclarecida e comprometida. Apresentar alguns fatores como a falta de conscientização tributária e participação cidadã pode representar um alerta, mas não é o suficiente.

Ao analisar o progresso da humanidade, percebe-se que o desenvolvimento social e econômico foi possível porque o homem sistematizou formas de organização entre os povos. A necessidade de organização fez com que o Estado se tornasse o elemento direcionador desse processo. E, como forma de se autofinanciar, criou o tributo a fim de possibilitar as condições mínimas de sobrevivência para a sociedade civil. E, como partícipe e ponto referencial de controle, exatidão e confiança, surgiu o profissional contábil.

O contador – aqui citado na forma masculina sem querer suscitar questões de gênero – não pode mais ser visto como o profissional dos números, e sim um profissional que agrega valor, espírito investigativo, consciência crítica e sensibilidade ética. Se a atual conjuntura exige maior qualificação profissional, o conhecimento contábil deve transcender o processo específico e visualizar questões globais pertinentes ao novo mundo do trabalho, que exige criatividade, perfil de empreender e habilidade de aprender, principalmente nas relações sociais.

Sendo assim, alguns conceitos tornam-se essenciais para estabelecer a relação entre Estado, sociedade, empresa e o contador. O Estado tem por missão suprir as necessidades básicas da população; assim, sua eficiência e transparência tornam-se mister do processo.

Entre a sociedade, a empresa e o Estado, está o profissional contábil, que, por sua vez, é o elo entre Fisco e contribuinte. É de fundamental importância que esse profissional aprimore seu entendimento tributário, percebendo sua necessidade. Ratifica-se, assim, o conceito de que a conscientização tributária pode representar um ponto de partida para a formação cidadã como uma das formas eficazes de atender às demandas

sociais, com maior controle sobre a coisa pública.

É dever do Estado manter as necessidades básicas da população; e, para isso, são impostas obrigações. Os contribuintes, porém, não possuem apenas deveres, mas também plenos direitos.

Se o Fisco – aqui referenciando-se o estadual – é por demais significativo para o funcionamento da máquina administrativa, sua eficiência e transparência tornam-se mister do processo. Nesse sentido, se a evasão tributária é uma doença social, seu combate ou tratamento não pode ficar restrito aos seus agentes; é necessário o envolvimento de toda a sociedade. Entretanto, interesses diversos sempre deixaram a sociedade à margem do processo, como se ela não precisasse participar de forma efetiva das decisões econômicas e, em contrapartida, contribuir de forma direta e irrestrita para a própria sustentação.

(...)

(Merlo, Roberto Aurélio; Pertuzatti, Elizandra. Disponível em <www.rep.educacaofiscal.com.br/material/fisco_contador.pdf>. Com adaptações)

1

Com base na leitura do texto, analise as afirmativas a seguir:

I. Aponta-se, no texto, uma nova perspectiva de atuação do profissional contábil, diferente da concepção tradicional de profissional dos números.

II. O texto defende a necessidade de se desenvolver no profissional contábil uma consciência tributária.

III. O contador deve igualmente se envolver no combate à evasão tributária.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

2

O contador – aqui citado na forma masculina sem querer suscitar questões de gênero – não pode mais ser visto como o profissional dos números, e sim um profissional que agrega valor, espírito investigativo, consciência crítica e sensibilidade ética. (L.28-32)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

I. O par de travessões poderia ser substituído por um par de parênteses.

II. As duas ocorrências da conjunção E têm valor aditivo.

III. A primeira oração do período está na voz passiva.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

3

Assinale a alternativa correta a respeito da relação entre o quinto e o sexto parágrafos.

- (A) O sexto parágrafo estabelece uma relação de oposição com o parágrafo anterior.
- (B) O quinto e o sexto parágrafos poderiam ser fundidos num só.
- (C) O quinto parágrafo apresenta uma definição, que será desdobrada no parágrafo seguinte.
- (D) Os dois parágrafos apresentam aspectos semelhantes em relação ao mesmo assunto, sendo um paráfrase do outro.
- (E) O sexto parágrafo apresenta uma ressalva em relação ao parágrafo anterior.

4

Entre a sociedade, a empresa e o Estado, está o profissional contábil, **que**, por sua vez, é o elo entre Fisco e contribuinte. É de fundamental importância **que** esse profissional aprimore seu entendimento tributário, percebendo sua necessidade. Ratifica-se, assim, o conceito de **que** a conscientização tributária pode representar um ponto de partida para a formação cidadã como uma das formas eficazes de atender às demandas sociais, com maior controle sobre a coisa pública. (L.45-53)

As ocorrências do QUE no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) pronome relativo – pronome relativo – pronome relativo
- (B) pronome relativo – conjunção – conjunção
- (C) conjunção – conjunção – conjunção
- (D) conjunção – pronome relativo – pronome relativo
- (E) pronome relativo – pronome relativo – conjunção

5

A respeito da estrutura do texto e suas ideias, analise as afirmativas a seguir:

- I. O texto apresenta apoio em trajetória histórica para abordar seu tema.
- II. Há trechos de autorreferencialidade (metalinguagem) no texto.
- III. O texto não apresenta argumentos, limita-se à exposição de fatos.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

6

Ao analisar o progresso da humanidade, percebe-se que o desenvolvimento social e econômico foi possível porque o homem sistematizou formas de organização entre os povos. (L.18-21)

A oração sublinhada no período acima tem valor

- (A) causal.
- (B) concessivo.
- (C) comparativo.
- (D) temporal.
- (E) consecutivo.

7

É imprescindível que a tributação seja suportável e mais bem distribuída e todos contribuam com justiça e se beneficiem dessa contribuição. (L.6-8)

Em relação ao período acima, atribua a seguinte convenção: **QUE = Δ** e **E = +**.

Assinale a alternativa que melhor represente a estrutura do período.

- (A) É imprescindível Δ [a tributação (A + B) + todos (D + E)].
- (B) É imprescindível Δ (a tributação A + B + todos D + E).
- (C) É imprescindível Δ (a tributação A + B) + (todos D + E).
- (D) É imprescindível Δ (a tributação A) + (B) + (todos D) + (E).
- (E) É imprescindível Δ a tributação (A + B) + [todos (D + E)].

8

Assinale a alternativa em que a oração desempenhe função sintática **DISTINTA** da de que o desenvolvimento social e econômico foi possível (L.19-20).

- (A) que a arrecadação incidente sobre os diversos setores produtivos é necessária para a manutenção da máquina governamental, para a sustentação do Estado em suas atribuições sociais e para aplicação na melhoria da qualidade de vida da população (L.1-5)
- (B) que a tributação seja suportável (L.6)
- (C) manter as necessidades básicas da população (L.54-55)
- (D) que esse profissional aprimore seu entendimento tributário (L.47-48)
- (E) participar de forma efetiva das decisões econômicas (L.67-68)

9

Assinale a palavra formada pelo mesmo processo que *corresponsabilidade* (L.12).

- (A) necessidades (L.42)
- (B) qualificação (L.33)
- (C) imprescindível (L.6)
- (D) irrestrita (L.69)
- (E) governamental (L.3)

10

Nesse sentido, se a evasão tributária é uma doença social, seu combate ou tratamento não pode ficar restrito aos seus agentes; é necessário o envolvimento de toda a sociedade. (L.61-64)

Assinale a alternativa em que a alteração do trecho destacado no período acima **NÃO** tenha sido feita de acordo com a norma culta. Não leve em conta alteração de sentido.

- (A) é necessária a discussão aberta entre todos os membros da sociedade
- (B) é necessário debate com toda a sociedade
- (C) é necessário abertura política para se discutir a questão
- (D) é necessária participação de toda a sociedade
- (E) é necessária a organização de um debate público a respeito da questão

11

Ratifica-se, assim, o conceito de que a conscientização tributária pode representar um ponto de partida para a formação cidadã como uma das formas eficazes de atender às demandas sociais, com maior controle sobre a coisa pública. (L.49-53)

No período acima, empregou-se corretamente o acento grave para indicar o fenômeno da crase.

Assinale a alternativa em que o acento grave tenha sido empregado corretamente.

- (A) Em visita ao Rio, fomos à Copacabana da Bossa Nova.
- (B) Esta prova vai de 13h às 18h.
- (C) Finalmente fiquei face à face com a tão esperada prova.
- (D) Os candidatos somente podem deixar o local de prova à partir das 15h.
- (E) Pedimos um bife à cavalo.

12

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** desempenhe papel adjetivo.

- (A) suficiente (L.17)
- (B) alguns (L.15)
- (C) sua (L.46)
- (D) própria (L.69)
- (E) diversos (L.2)

13

Ao analisar o progresso da humanidade, percebe-se que o desenvolvimento social e econômico foi possível porque o homem sistematizou formas de organização entre os povos. (L.18-21)

Assinale a alternativa em que a alteração da estrutura destacada no período acima tenha provocado alteração sintática e semântica.

- (A) porquanto o homem tenha sistematizado formas de organização entre os povos
- (B) pois o homem sistematizou formas de organização entre os povos
- (C) conquanto o homem tenha sistematizado formas de organização entre os povos
- (D) já que o homem sistematizou formas de organização entre os povos
- (E) uma vez que o homem sistematizou formas de organização entre os povos

14

Nesse sentido, se a evasão tributária é uma doença social, seu combate ou tratamento não pode ficar restrito aos seus agentes; é necessário o envolvimento de toda a sociedade. (L.61-64)

Assinale o termo que **NÃO** poderia ser colocado após o ponto e vírgula sob pena de provocar grave alteração de sentido.

- (A) portanto,
- (B) não obstante,
- (C) logo,
- (D) nesse sentido,
- (E) assim,

Texto para as questões 15 a 20



(Rodrigo Zoom. <http://tirasnacionais.blogspot.com>)

15

Pela leitura do quadrinho, é possível inferir que

- (A) o menino não gosta do seu pai.
- (B) o menino não acredita na explicação da mãe.
- (C) a mãe percebe a ironia na fala do filho.
- (D) o pai do menino é feio.
- (E) o pai do menino havia sido uma pessoa bonita.

16

Assinale a alternativa em que a alteração da última fala do menino tenha sido feita mantendo-se a equivalência de tempos verbais.

- (A) Não sabia que o papai é uma pessoa tão ruim assim.
- (B) Não sabia que o papai fora uma pessoa tão ruim assim.
- (C) Não sabia que o papai era uma pessoa tão ruim assim.
- (D) Não sabia que o papai foi uma pessoa tão ruim assim.
- (E) Não sabia que o papai seria uma pessoa tão ruim assim.

17

Assinale a alternativa em que se tenha feito corretamente a transposição da primeira fala do menino para o discurso indireto.

- (A) O filho perguntou à mãe como é possível ela ser tão bonita, tão magrinha e ter os cabelos com tanto brilho.
- (B) O filho perguntou à mãe como era possível a senhora ser tão bonita, tão magrinha e ter os cabelos com tanto brilho.
- (C) O filho perguntou à mãe como seria possível a senhora ser tão bonita, tão magrinha e ter os cabelos com tanto brilho.
- (D) O filho perguntou à mãe como seria possível ela ser tão bonita, tão magrinha e ter os cabelos com tanto brilho.
- (E) O filho perguntou à mãe como era possível ela ser tão bonita, tão magrinha e ter os cabelos com tanto brilho.

18

Em relação à fala da mãe, analise as afirmativas a seguir:

- I. Há quatro orações.
- II. Todas as orações da fala são coordenadas.
- III. Todas as orações são desenvolvidas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

19

Na fala da mãe, há

- (A) um artigo.
- (B) dois artigos.
- (C) três artigos.
- (D) cinco artigos.
- (E) quatro artigos.

20

Em relação à expressão *Putz!*, enunciada pelo menino, analise as afirmativas a seguir:

- I. Constitui exemplo de palavra formada por onomatopeia.
- II. Classifica-se como interjeição.
- III. É exemplo de estrangeirismo.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO E NOÇÕES DE ESTATÍSTICA



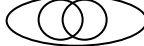


21

Um indivíduo apresenta um valor X na sua conta corrente, que não rende juros nem paga taxas. Desse valor, ele retira em um dia 20%. Do valor resultante, ele retira 30%. O valor restante, como percentual do valor original X, é

- (A) 45%.
- (B) 46%.
- (C) 50%.
- (D) 54%.
- (E) 56%.

22

Qual dos seguintes diagramas lógicos representa melhor a relação entre Lucros, Dividendos e Juros sobre Capital Próprio?

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 
- (E) 

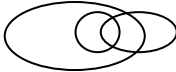

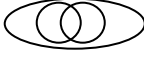


23

A média geométrica simples entre os valores {3; 9; 3; 1} é

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 3,25.
- (E) 3,5.

24

Qual dos diagramas abaixo representa melhor a relação entre mulheres, mães e profissionais de contabilidade?

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 
- (E) 

25

Uma amostra da renda mensal dos funcionários da empresa Euler apresenta os seguintes valores: {1250; 2500; 900; 1250; 4500; 6870; 8500; 3500; 2000; 2800; 3500; 2500; 1250; 1750; 4300; 3875; 800; 900; 1250; 2600; 3000; 4500; 3500; 4000; 5000; 6870; 8500; 700; 800; 1200}. A moda da amostra é

- (A) R\$ 800.
(B) R\$ 1.250.
(C) R\$ 3.500.
(D) R\$ 2.500.
(E) R\$ 2.700.

26

Uma amostra da renda mensal dos funcionários da empresa Euler apresenta os seguintes valores: {1250; 2500; 900; 1250; 4500; 6870; 8500; 3500; 2000; 2800; 3500; 2500; 1250; 1750; 4300; 3875; 800; 900; 1250; 2600; 3000; 4500; 3500; 4000; 5000; 6870; 8500; 700; 800; 1200}. A mediana da amostra é

- (A) R\$ 1.250.
(B) R\$ 3.500.
(C) R\$ 2.600.
(D) R\$ 2.700.
(E) R\$ 2.800.

27

O desvio-padrão da população {2; 4; 2; 4; 2; 4; 2; 4} é

- (A) 1,5.
(B) 1,0.
(C) 2,5.
(D) 2,0.
(E) 3,0.

28

A respeito do conceito de covariância, analise as afirmativas a seguir:

- I. Se duas variáveis são independentes e ambas apresentam somente valores positivos, a covariância entre as duas é igual a 1.
II. A covariância entre duas variáveis apresenta-se no intervalo entre -1 e 1.
III. A fórmula para o cálculo da covariância entre duas variáveis X e Y é $Cov(x, y) = \overline{XY} - \overline{X}\overline{Y}$.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa II estiver correta.
(B) se apenas a afirmativa I estiver correta.
(C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(D) se apenas a afirmativa III estiver correta.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

29

Um indivíduo lança simultaneamente três dados de 6 lados. A probabilidade de que a soma desses três dados seja 6 é

- (A) 4,16%.
(B) 6,23%.
(C) 3,25%.
(D) 5,41%.
(E) 4,63%.

30

Uma turma tem 8 alunos. O número de combinações para determinar o presidente da turma, o vice-presidente e o mascote da turma (assumindo que nenhum aluno pode incorporar mais que uma função) é

- (A) 56.
(B) 336.
(C) 986.
(D) 696.
(E) 416.

31

Newton e Leibniz formaram uma empresa chamada Cálculo Ltda., na qual investiram R\$ 49.000,00 e R\$ 21.000,00, respectivamente. No final do ano, eles dividiram o lucro de forma que um terço do lucro é dividido igualmente pelo esforço que eles colocaram no negócio, e o restante é dividido pela proporção do investimento inicial de cada um. Se Newton recebeu R\$ 5.600,00 a mais que Leibniz, o lucro total da Cálculo Ltda. nesse ano foi de

- (A) R\$ 15.600,00.
(B) R\$ 19.700,00.
(C) R\$ 23.500,00.
(D) R\$ 21.000,00.
(E) R\$ 20.000,00.

32

A taxa de crimes violentos aumentou 30% em relação ao ano passado. A principal causa está no sistema judiciário: recentemente as sentenças proferidas pelos juízes têm sido tão lenientes que a maioria dos criminosos pode cometer qualquer crime sem medo de uma longa sentença. O argumento que melhor diminui a análise se fosse verdade é:

- (A) Cerca de 80% das outras regiões têm uma taxa de crime menor.
- (B) Crimes não violentos também aumentaram em 15% no período.
- (C) Cerca de 100 juízes foram contratados para substituir juízes que se aposentaram.
- (D) Pesquisas demonstram que 65% da população é a favor da pena de morte.
- (E) Cerca de 35% dos policiais foram demitidos por corte no orçamento no período.

33

Quando o número 121 é dividido por um certo divisor, o resto da divisão é 4. Quando o número 349 é dividido pelo mesmo divisor, o resto da divisão é 11. Quando a soma dos números 121 e 349 é dividida pelo mesmo divisor, o resto é 2. O valor do divisor é

- (A) 15.
- (B) 19.
- (C) 9.
- (D) 13.
- (E) 17.

34

Para armazenar relatórios em um armário com $36m^3$ de espaço utilizado, 3 funcionários levaram 4 horas e meia para fazê-lo. Se o armário tivesse $72m^3$ de área utilizada e fossem utilizados 4 funcionários, o número de horas necessárias para esvaziá-lo seria

- (A) 5,75.
- (B) 5,25.
- (C) 6,75.
- (D) 8,00.
- (E) 7,50.

35

Se Huxley briga com Samuel, então Samuel briga com Darwin.

Se Samuel briga com Darwin, então Darwin vai ao bar.

Se Darwin vai ao bar, então Wallace briga com Darwin.

Ora, Wallace não briga com Darwin.

Logo,

- (A) Darwin não vai ao bar e Samuel briga com Darwin.
- (B) Darwin vai ao bar e Samuel briga com Darwin.
- (C) Samuel não briga com Darwin e Huxley não briga com Samuel.
- (D) Samuel briga com Darwin e Huxley briga com Samuel.
- (E) Samuel não briga com Darwin e Huxley briga com Samuel.

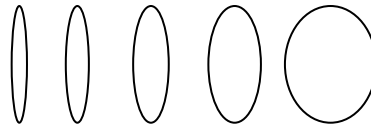
36

Dentre os possíveis arranjos das letras F, E, R, M, A, T, tomados quatro a quatro, o número de arranjos que contém a letra M é

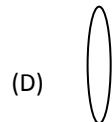
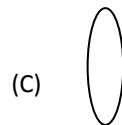
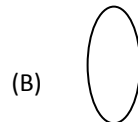
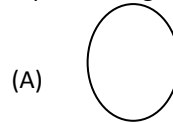
- (A) 220.
- (B) 160.
- (C) 180.
- (D) 240.
- (E) 280.

37

São dadas cinco figuras:



A próxima figura na sequência é



38

Dado que a Variância de uma variável X é 4, a de uma variável Y é 5, a Covariância entre X e Y é de 3 e tendo duas constantes $a = 5$ e $b = 4$, a Variância de $aX + bY$ é

- (A) 180.
- (B) 193.
- (C) 253.
- (D) 300.
- (E) 320.

39

O cálculo da inflação é efetuado por uma média ponderada entre o peso de cada produto e a variação percentual de cada produto. Assumindo que numa economia haja somente 3 produtos, A, B, C, cujos pesos e variação percentual durante um ano estejam representados abaixo, a inflação nesse ano foi de

Produto	Peso	Variação Percentual no ano
A	50%	5%
B	30%	10%
C	20%	15%

- (A) 11%.
- (B) 14%.
- (C) 9%.
- (D) 10%.
- (E) 13%.

40

A soma de dois números é 120, e a razão entre o menor e o maior é $1/2$. O menor número é

- (A) 20.
- (B) 25.
- (C) 30.
- (D) 35.
- (E) 40.

NOÇÕES DE ECONOMIA E DE MATEMÁTICA FINANCEIRA

41

Sabe-se que, para uma taxa de juros de 1% ao mês, a taxa de juros simples diária é $1\%/30$ dias, enquanto a taxa de juros compostos equivalente diária seria 0,0332%.

A respeito dos conceitos de juros simples e compostos, analise as afirmativas a seguir:

I. Sendo n expresso em meses, para n igual a 1, tudo o mais permanecendo constante (juros e valor presente), o valor futuro sob juros simples é igual ao valor futuro sob juros compostos.

II. Sendo n expresso em dias, o montante em 10 dias sob a taxa de juros simples $1\%/30$ é maior que sob a taxa de juros compostos 0,0332%.

III. À medida que n aumenta, a diferença entre o montante sob juros compostos e juros simples, tudo o mais permanecendo constante, aumenta.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

42

O valor presente, sob o regime de juros compostos, quando o montante final é R\$ 50.000, a taxa de juros de 25% ao ano e o período 2 anos, é

- (A) 30.000,00.
- (B) 32.000,00.
- (C) 29.150,85.
- (D) 34.325,75.
- (E) 31.875,25.

43

A produção de uma firma depende dos fatores de produção capital (K) e trabalho (L) e pode ser representada como:

$$Q = 3K^{1/2}L^{1/3}$$

Os valores dos produtos marginais de K e L para $K = 25$ e $L = 8$ são, respectivamente,

- (A) 1,25 e 2,0.
- (B) 3,0 e 2,25.
- (C) 1,0 e 1,75.
- (D) 0,8 e 1,45.
- (E) 0,6 e 1,25.

44

A função custo total de uma firma é dada por

$$CT(Q) = 2Q^3 - 3Q^2 - 12. \text{ O Custo Marginal para } Q = 5 \text{ é}$$

- (A) 97.
- (B) 80.
- (C) 120.
- (D) 163.
- (E) 145.

45

A função utilidade de um indivíduo é dada por $U = 1000x_1 + 450x_2 + 5x_1x_2 - 2x_1^2 - x_2^2$, na qual x_1 é a

quantidade de lazer medida em horas por semana e x_2 é salário medido em reais por semana. O valor da utilidade marginal de lazer e trabalho, respectivamente, quando $x_1 = 200$ e $x_2 = 500$, é

- (A) 2.700 e 450.
- (B) 800 e 1.500.
- (C) 2.500 e 600.
- (D) 450 e 600.
- (E) 1.200 e 3.500.

46

A respeito do conceito de bens públicos, é correto afirmar que

- (A) têm como propriedade serem bens rivais.
- (B) têm como propriedade serem bens alienáveis.
- (C) são sempre produzidos diretamente pelo Estado.
- (D) têm como propriedade serem não excludentes.
- (E) são produzidos por pequenos comerciantes.

47

Dado um PIB Nominal de R\$ 3 trilhões e um Deflator de 120, o PIB Real é

- (A) R\$ 25 bilhões.
- (B) R\$ 250 bilhões.
- (C) R\$ 2,5 trilhões.
- (D) R\$ 3,6 trilhões.
- (E) R\$ 3,2 trilhões.

48

Os dados abaixo são do Balanço de Pagamentos brasileiro de 2010. Assumindo que essas são as únicas subcontas discriminadas do Balanço de Pagamentos, o saldo da Balança de Serviços e Rendas é

Discriminação do Balanço de Pagamentos	U\$ milhões
Viagens internacionais	-10,503
Exportação de bens	201,915
Aluguel de equipamentos	-13,683
Investimento brasileiro direto	-11,500
Seguros	-1,113
Empréstimos e financiamentos LP e CP	40,772
Investimento estrangeiro direto	48,462
Royalties e licenças	-2,453
Importação de bens	-181,649

- (A) -U\$ 7,485 milhões.
- (B) -U\$ 27,751 milhões.
- (C) U\$ 70,249 milhões.
- (D) -U\$ 39,251 milhões.
- (E) U\$ 77,734 milhões.

49

A taxa de juros anual equivalente à taxa de juros de 30% ao ano, capitalizados semestralmente, é

- (A) 31,75%.
- (B) 15,00%.
- (C) 30,00%.
- (D) 32,25%.
- (E) 60,00%.

50

A respeito dos diferentes conceitos de taxas de juros (nominal, efetiva, real, proporcional e equivalente), analise as afirmativas a seguir:

- I. A taxa de juros anual proporcional à taxa de juros de 1% ao mês é 12,68%.
- II. A taxa de juros anual equivalente à taxa de 5% ao trimestre é 21,55%.
- III. A taxa de juros efetiva para um empréstimo de um mês quando a taxa de juros mensal é de 5%, mas o banco exige a manutenção de um saldo mínimo de 20% do valor do empréstimo, é de 5,8%.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se apenas a afirmativa III estiver correta.

51

Um título no valor de R\$ 40.000,00 foi descontado com 45 dias antes do vencimento do prazo para pagamento. O valor do desconto comercial, a uma taxa de 60% ao ano, é

- (A) R\$ 3.000,00.
- (B) R\$ 4.000,00.
- (C) R\$ 4.500,00.
- (D) R\$ 5.000,00.
- (E) R\$ 3.500,00.

52

Dada uma taxa de juros de 1% ao dia e um período de 20 meses (sendo cada mês com 30 dias), o montante final, se o valor presente é R\$ 2.000, é

- (A) R\$ 4.000,00.
- (B) R\$ 6.000,00.
- (C) R\$ 10.000,00.
- (D) R\$ 12.000,00.
- (E) R\$ 14.000,00.

53

Um banco oferece dois fluxos de caixa como na tabela abaixo a um cliente, que não consegue ler o valor do primeiro mês no fluxo de caixa A, e, portanto o marca como X. O valor de X que tornaria os dois fluxos de caixa idênticos, a uma taxa de 2% ao mês, juros simples, é

MÊS	A	B
1	X	3000
6	4400	5500
11	6000	9000

- (A) R\$ 6.500,00.
- (B) R\$ 6.800,00.
- (C) R\$ 6.750,00.
- (D) R\$ 7.100,00.
- (E) R\$ 7.000,00.

54

Um indivíduo comprou por R\$ 200.000 um título que rende uma anuidade de R\$ 10.000. A taxa de juros muda para 10% ao ano e, assim, o valor do título agora é

- (A) R\$ 100.000.
- (B) R\$ 150.000.
- (C) R\$ 400.000.
- (D) R\$ 300.000.
- (E) R\$ 250.000.

55

Sabendo-se que $(1,013)^9 = 1,12327$, o valor inicial dado que um indivíduo retirou R\$ 15.000 após 9 meses, a uma taxa de juros de 1,3% ao mês, juros compostos, é

- (A) R\$ 12.878,96.
- (B) R\$ 13.353,87.
- (C) R\$ 13.567,34.
- (D) R\$ 13.769,25.
- (E) R\$ 13.975,00.

56

A respeito dos sistemas de amortização, analise as afirmativas a seguir:

- I. As prestações do Sistema Francês são maiores que aquelas do SAC, dados os mesmos juros, valor inicial e período de amortização.
- II. As prestações do Sistema Francês são decrescentes e, portanto, iniciam-se maiores que aquelas do SAC, dados os mesmos juros, valor inicial e período de amortização.
- III. As prestações do Sistema Francês são constantes e, portanto, iniciam-se menores que aquelas do SAC, dados os mesmos valor inicial, taxa de juros e período de amortização.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
(B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(D) se apenas a afirmativa III estiver correta.
(E) se apenas a afirmativa II estiver correta.

57

A respeito do Balanço de Pagamentos é correto afirmar que

- (A) sob um sistema de flutuação cambial suja, a autoridade monetária intervém no mercado cambial de forma que o Saldo em Transações Correntes seja sempre igual a zero.
(B) sob um sistema de câmbio fixo, a autoridade monetária intervém no mercado cambial de forma que o Saldo em Transações Correntes seja sempre igual a zero.
(C) a Conta Capital Financeira é composta das Receitas e Despesas referentes ao comércio de serviços e rendas.
(D) o Saldo em Transações Correntes é a soma da Balança Comercial, Balança de Serviços e Rendas e Transferências Unilaterais Correntes.
(E) a Conta Capital é a soma do Investimento Direto e Investimento estrangeiro em carteira.

58

Para um produto X, quando o preço é R\$ 60, a quantidade demandada de mercado é 70 e a quantidade ofertada de mercado é 30. Se o preço sobe para R\$ 140, a quantidade demandada cai para 30 e a quantidade ofertada sobe para 90. Assumindo que as funções de oferta e demanda são lineares, o preço de equilíbrio nesse mercado é

- (A) 72.
(B) 54.
(C) 92.
(D) 124.
(E) 112.

59

No sistema de amortização francês, para um valor presente de R\$ 10.000, uma taxa de juros de 10% ao ano e um período de 10 anos, o valor da prestação anual é de R\$ 1.627,45. Assim, o valor amortizado da segunda parcela é

- (A) R\$ 627,45.
(B) R\$ 690,20.
(C) R\$ 704,56.
(D) R\$ 759,22.
(E) R\$ 720,65.

60

A respeito da teoria do consumidor, temos como definido o conjunto de consumo X, e uma relação de preferência binária \succ , $x^1 \succ x^2$ significa que “ x^1 é um bem pelo menos tão bom quanto o bem x^2 ” para esse consumidor. Assim, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) são partes fundamentais da teoria a relação de preferências $x^1 \succ x^2$, a curva de indiferença e os conceitos de utilidade marginal e total.
(B) o axioma da convexidade estipula que, se $x^1 \succ x^2$, então $tx^1 + (1-t)x^2 \succ x^2$.
(C) o axioma da reflexividade significa que, para três bens x^1, x^2, x^3 , se $x^1 \succ x^2$ e $x^2 \succ x^3$, então $x^1 \succ x^3$.
(D) o axioma de completude significa que, para todo x^1 e x^2 em X, ou $x^1 \succ x^2$ ou $x^2 \succ x^1$, para todo $t \in (0,1)$.
(E) dado um ponto x^0 em X, para todo x tal que $\{x \in X, x \succ x^0\}$, define o subconjunto que é pelo menos tão bom quanto x^0 .

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO

61

A empresa XYZ Ltda. ajuizou ação de mandado de segurança a fim de que não fosse obrigada a recolher determinado imposto federal alegando a inconstitucionalidade do referido tributo. O juiz proferiu sentença concedendo a ordem pleiteada, declarando para tanto a inconstitucionalidade da lei. Indignada, a União federal interpôs recurso ao tribunal, que manteve a decisão pelos mesmos fundamentos. Por fim, a União federal interpôs recurso ao STF, que também manteve a decisão, reafirmando a inconstitucionalidade da lei tributária.

Diante desse caso, é correto afirmar que a declaração de inconstitucionalidade

- (A) vale apenas para a empresa XYZ Ltda.
(B) vale para as empresas que atuam no mesmo ramo.
(C) vale para todos os contribuintes.
(D) só terá validade após a suspensão pelo Congresso Nacional.
(E) só terá validade após a suspensão pela Câmara dos Deputados.

62

NÃO é norma de mesma hierarquia o(a)

- (A) lei ordinária.
(B) lei complementar.
(C) medida provisória.
(D) decreto.
(E) lei delegada.

63

A emenda constitucional, por definição, visa a modificar a Constituição. Contudo, a própria Constituição brasileira impõe limites e condições à aprovação de emendas constitucionais.

Nesse sentido, é correto afirmar que uma proposta de emenda constitucional

- (A) deve ser aprovada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- (B) deve ser discutida e votada em dois turnos, com quorum de maioria relativa.
- (C) está sujeita a veto ou sanção presidencial.
- (D) não pode abolir a forma federativa de estado.
- (E) não pode ser aprovada em ano eleitoral.

64

A Constituição brasileira dispõe que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127).

Dentre os cargos abaixo, NÃO integra o Ministério Público o

- (A) Procurador do Estado.
- (B) Procurador da República.
- (C) Procurador de Justiça.
- (D) Promotor de Justiça.
- (E) Procurador do Trabalho.

65

Dentre as matérias abaixo, qual integra a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal?

- (A) Direito comercial.
- (B) Comércio interestadual.
- (C) Comércio exterior.
- (D) Política de crédito.
- (E) Direito financeiro.

66

Lupus, aposentado pelo regime geral da Previdência Social, é comunicado, por amigos também aposentados, da possibilidade de reconhecimento, pelo órgão previdenciário, de valores atrasados. Seu requerimento administrativo veio a ser indeferido, o que gerou a propositura de ação perante o Judiciário. Após dez anos, o seu processo continuava sem solução definitiva. À luz da principiologia constitucional, pode-se afirmar que restou violado o(s) princípio(s) do(a)

- (A) contraditório e publicidade.
- (B) ampla defesa e prova ilícita.
- (C) publicidade e isonomia.
- (D) duração razoável do processo.
- (E) juiz e promotor natural.

67

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, em recente entrevista, manifestou sua intenção em tornar as leis expedidas pelo Congresso Nacional mais protegidas contra as alegações de inconstitucionalidade apresentadas judicialmente, inserindo a atuação prévia da Suprema Corte. Esse controle de constitucionalidade judicial preventivo pode ser considerado, consoante nossos mandamentos constitucionais,

- (A) amoldado ao sistema de controle jurisdicional realizado pelo STF.
- (B) inserido no âmbito do controle realizado pelo Poder Legislativo.
- (C) adequado ao sistema federativo de controle de constitucionalidade.
- (D) a ocorrer tanto no bojo da Câmara ou do Senado Federal.
- (E) como não admitido no processo de controle da constitucionalidade judicial.

68

No chamado crime de responsabilidade ou crime político praticado por aquele que ocupa a Vice-Presidência da República, surge um órgão com competência constitucionalmente estabelecida. Esse órgão é o(a)

- (A) Supremo Tribunal Federal.
- (B) Senado Federal.
- (C) Câmara dos Deputados.
- (D) Câmara Distrital.
- (E) Senado Estadual.

69

Um determinado deputado federal foi flagrado cometendo delito considerado inafiançável, sendo preso pelos agentes policiais estatais. Consoante as normas constitucionais, os autos da prisão devem ser remetidos para exame do ato

- (A) ao Senado da República.
- (B) ao Governador.
- (C) ao Presidente da República.
- (D) ao Congresso Nacional.
- (E) à Câmara Federal.

70

O Presidente da República possui competência privativa para praticar determinados atos. A maior parte não depende de autorização ou referendo do Poder Legislativo. Dentre as seguintes alternativas, a que depende de autorização ou referendo do Congresso consiste em

- (A) declarar guerra.
- (B) decretar a intervenção federal.
- (C) exercer a Chefia da Administração.
- (D) presidir o Conselho da República.
- (E) nomear os membros do Conselho da República.

71

De acordo com os princípios gerais do sistema tributário nacional, analise as afirmativas a seguir:

I. Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

II. Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

III. As contribuições de melhoria não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

IV. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário.

Das afirmativas acima, são corretas, somente

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

72

Ômega S.A., pretende ver reconhecido judicialmente o direito à isenção quanto à CSLL, já que lhe é garantido o benefício com relação ao IRPJ, pois preenche os requisitos para a fruição da dispensa legal do pagamento desse imposto. A empresa fundamenta sua pretensão no fato de que ambas as modalidades tributárias partilham de natureza jurídica semelhante e apresentam o mesmo fato gerador.

Qual seria a técnica de interpretação a utilizar para decidir o pedido de Ômega?

- (A) Analógica.
- (B) Teleológica.
- (C) Histórica.
- (D) Literal.
- (E) Teratológica.

73

Considere os impostos abaixo:

I. Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica;

II. Imposto sobre Produtos Industrializados;

III. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros;

IV. Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer Bens ou Direitos;

V. Imposto sobre a Prestação de Serviços de Comunicação.

Dentre eles, quais podem ter a alíquota modificada pelo Presidente da República, desde que atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei?

- (A) I e II.
- (B) III e V.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I e IV.

74

A respeito dos princípios constitucionais tributários, é correto afirmar que

- (A) nos termos do art. 150, V, da CRFB, a vedação à limitação do tráfego de pessoas e mercadorias por meio de tributos é aplicada, exclusivamente, à União, aos Estados e aos Municípios.
- (B) a contribuição social sobre o lucro e a contribuição social sobre a folha de salários estão sujeitas ao princípio da anterioridade mitigada ou nonagesimal.
- (C) a majoração do imposto incidente sobre a importação de produtos estrangeiros e do imposto territorial rural não estão sujeitos ao princípio da anterioridade.
- (D) o princípio da anterioridade, previsto no art. 150, III, b, da CRFB, determina que os tributos criados ou majorados só poderão ser cobrados no exercício financeiro posterior ao da lei que os instituiu ou majorou. Esse princípio aplica-se a todos os tributos, inclusive às contribuições sociais.
- (E) a fim de alcançar o objetivo fundamental de redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III, da CRFB), é permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estabelecer diferença tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino.

75

Assinale a alternativa em que a correspondência entre os enunciados referentes às limitações ao poder de tributar por parte dos entes federativos e os princípios constitucionais tributários está corretamente formulada.

- (A) É vedado cobrar tributo no mesmo exercício financeiro no qual foi publicada a lei que o instituiu ou o aumentou: princípio da anterioridade.
- (B) É vedada a instituição tributo sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros: princípio da segurança jurídica.
- (C) É vedada a instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos: princípio da legalidade.
- (D) É vedado instituir imposto sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão: princípio da equidade.
- (E) É vedado instituir imposto sobre livros, jornais, periódicos e o papel para a sua impressão: princípio da irrenunciabilidade.

76

Com base na competência prevista na Constituição para instituir impostos, é correto afirmar que

- (A) o IR, o IPI e o IPTU competem à União.
- (B) o ISS, o IPTU e o ITR competem aos Municípios.
- (C) o ICMS, o IPVA e o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação competem aos Estados e ao Distrito Federal.
- (D) o Imposto de Importação, o IOF e o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação competem à União.
- (E) o ISS, o IPTU e o IGF competem aos Estados.

77

Um pequeno empresário retorna de viagem ao Paraguai pretendendo abastecer sua loja do ramo de jogos eletrônicos com grande quantidade de produtos produzidos no exterior a exceder, em muito, o conceito de bagagem, sem declaração ao posto fiscal competente, indicando nítida destinação comercial, de modo a livrar-se da carga tributária incidente sobre a importação dos artigos eletrônicos.

Ao ingressar em território nacional, o comerciante teve a mercadoria confiscada em função da irregularidade na importação, incidindo a pena de perdimento, conforme previsto em lei, tendo ainda a autoridade fiscal cobrado todos os tributos referentes à operação intentada pelo comerciante. Considerando os princípios de interpretação da legislação tributária, avalie os comentários abaixo a respeito da conduta do Fisco e assinale a alternativa correta.

- (A) Em função da proibição à bitributação, não deveria ter sido cobrado qualquer tributo, já que o empresário já foi punido com a perda da mercadoria.
- (B) A pena de perdimento das mercadorias é inconstitucional, por violar o princípio da livre iniciativa, fundamento da República Federativa do Brasil.
- (C) De acordo com o *non olet*, o fato de ser irregular a importação em nada abala a aplicação da norma tributária, exceto quanto ao Imposto de Importação, por concernir elemento essencial da norma de tributação.
- (D) Em função do princípio da probidade administrativa, não poderia ter sido cobrado nenhum tributo em virtude da ilicitude praticada pelo empresário.
- (E) A autoridade fiscal agiu de forma correta, no exercício do seu poder de polícia, preponderando, na situação, os princípios da inafastabilidade da jurisdição e supremacia do interesse público.

78

Lei Estadual instituiu pedágio a ser cobrado por empresa privada, concessionária, para os usuários de determinada rodovia que passa pelo território de diferentes municípios, sem, no entanto, estabelecer via alternativa, gratuita, de trânsito. Considerando a hipótese acima, assinale a alternativa correta.

- (A) O Pedágio, no caso, tem natureza de tarifa e, como tal, apresenta obrigatoriamente a característica da compulsoriedade.
- (B) A cobrança do pedágio por pessoa jurídica de direito privado é compatível com o princípio da indelegabilidade da competência tributária.
- (C) O pedágio, na situação retratada, tem natureza de taxa, não podendo ser cobrado pela empresa concessionária, conforme aduz o princípio da irrenunciabilidade.
- (D) O oferecimento de via alternativa gratuita é condição necessária para a cobrança de pedágio.
- (E) É vedado o estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de pedágio, por imposição constitucional.

79

Qual é o fato gerador que permite a cobrança da contribuição de melhoria?

- (A) Realização de obra pública que gere melhoras nas condições de vida da população.
- (B) Prestação de serviço público que atraia investimentos econômicos na região.
- (C) Disponibilização do serviço público de caráter voluptuário.
- (D) Efetivo exercício do poder de polícia.
- (E) Valorização de imóvel decorrente de obra pública.

80

Quanto ao aspecto da não cumulatividade, característico do IPI e do ICMS, de acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) permite a compensação do imposto devido a cada operação efetiva na cadeia de produção, com o montante cobrado nas operações anteriores na mesma cadeia.
- (B) favorece a incidência “em cascata” sobre todas as operações tributadas em cada etapa da circulação de bens produzidos e destinados à indústria nacional.
- (C) permite que a carga tributária incidente seja maior ou menor de acordo com a essencialidade dos produtos.
- (D) se confunde com a vedação da tributação com efeitos confiscatórios.
- (E) se revela uma exceção ao princípio da imunidade recíproca, já que atinge os produtos comercializados por empresas públicas imunes.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

81

O Presidente de uma empresa pública estadual, após auditoria realizada no patrimônio imobiliário da entidade, decide alienar um imóvel, localizado em área inconveniente para as atividades da empresa. Nessa situação, a alienação do imóvel, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, depende de

- (A) avaliação prévia e autorização do Tribunal de Contas do Estado.
- (B) avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência, ressalvadas as hipóteses de licitação dispensada.
- (C) autorização legislativa e licitação na modalidade concorrência, ressalvadas as hipóteses de licitação dispensada.
- (D) autorização legislativa e do Tribunal de Contas do Estado.
- (E) autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência.

82

A modalidade licitatória que se instaura entre quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, denomina-se

- (A) pregão.
- (B) concorrência.
- (C) concurso.
- (D) consulta.
- (E) convite.

83

A respeito do regime jurídico disciplinar dos servidores públicos federais, analise as afirmativas a seguir:

I. Em processos administrativos disciplinares, a falta de defesa técnica por advogado não ofende a Constituição da República.

II. A aplicação das penalidades de advertência e suspensão, embora cabíveis em casos de infrações de natureza leve, depende de instauração de processo administrativo disciplinar, sob pena de nulidade.

III. A penalidade disciplinar aplicável ao servidor inativo que houver praticado, em atividade, falta punível com demissão é a cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

84

A assessoria jurídica de determinado órgão público estadual, ao apreciar pedidos formulados por administrados com base no hipotético Decreto Estadual 1.234, vinha adotando, desde 2007, interpretação que fundamentava o deferimento das pretensões apresentadas. Em 2010, revendo sua posição, a assessoria jurídica passou a interpretar a referida norma administrativa de forma diversa, o que conduziria ao indeferimento daqueles pedidos. Nessa situação, o princípio aplicável aos processos administrativos que veda a aplicação retroativa de nova interpretação denomina-se

- (A) motivação.
- (B) segurança jurídica.
- (C) impessoalidade.
- (D) legalidade.
- (E) moralidade.

85

A forma de provimento dos cargos públicos que consiste na investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica denomina-se

- (A) readaptação.
- (B) reintegração.
- (C) reversão.
- (D) recondução.
- (E) aproveitamento.

86

A respeito do regime jurídico patrimonial da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com o critério da titularidade, são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas que integram a Administração Pública Direta e Indireta.
- (B) Os bens pertencentes às empresas públicas e às sociedades de economia mista, embora titularizados por pessoas jurídicas de direito privado, submetem-se integralmente ao regime público.
- (C) Embora os bens pertencentes às empresas públicas e às sociedades de economia mista não sejam considerados públicos, seu regime jurídico é híbrido e sua penhorabilidade condiciona-se à observância do princípio da continuidade do serviço público.
- (D) Os bens públicos de uso comum do povo podem ser utilizados por todos em igualdade de condições, sendo vedada a cobrança de retribuição para sua utilização, ainda que destinada a compensar as despesas com sua manutenção.
- (E) De acordo com sua destinação, os bens públicos classificam-se em bens de uso comum do povo, bens de uso especial, bens de uso oficial e bens de uso dominical.

87

A retomada do serviço público pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, denomina-se encampação e depende de

- (A) instauração de processo administrativo de verificação de inadimplência, assegurado o direito de ampla defesa ao concessionário, e lei autorizativa específica, precedida de audiência pública.
- (B) autorização prévia da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos e indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
- (C) lei autorizativa específica e prévio pagamento de indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
- (D) instauração de processo administrativo de verificação da execução contratual e autorização prévia da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos.
- (E) prévio decreto de intervenção, editado pelo poder concedente, contendo a designação do interventor, o prazo da intervenção e os limites da medida.

88

Assinale a alternativa que contempla os elementos do ato administrativo.

- (A) habilitação, motivação, finalidade pública, legalidade e conteúdo
- (B) competência, tutela, motivo, forma e vinculação
- (C) forma, finalidade, vinculação e decisão
- (D) competência, finalidade, forma, motivo e objeto
- (E) habilitação, forma, tutela, motivo e decisão

89

A respeito do regime constitucional da função pública, é correto afirmar que

- (A) as funções de confiança e os cargos em comissão se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (B) os servidores públicos devem ser remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer outra espécie remuneratória.
- (C) o direito de greve é assegurado ao servidor público civil, devendo ser exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- (D) a vinculação de espécies remuneratórias no serviço público é vedada, mas admite-se a equiparação salarial entre carreiras públicas.
- (E) a acumulação de cargos e de empregos públicos é admitida quando houver compatibilidade de horários.

90

O Prefeito do Município de Florestal está interessado em construir um hospital público e, devido à sua localização conveniente, pretende fazê-lo em um terreno desocupado de propriedade do Estado em que localizado o Município. Entretanto, em razão de divergências políticas, o Governador do Estado se recusa a ceder o imóvel para a Prefeitura.

Considerando a situação hipotética narrada, indaga-se: é juridicamente possível ao Município desapropriar o imóvel de propriedade do Estado?

- (A) Sim, pois o terreno público em questão encontra-se desafetado e, por isso, é passível de desapropriação.
- (B) Sim, desde que mediante autorização legislativa e prévia indenização em dinheiro.
- (C) Sim, pois deve prevalecer, nesse caso, o interesse público municipal a justificar transferência compulsória do bem para a construção do hospital.
- (D) Não, pois os bens públicos são imprescritíveis e, portanto, não são passíveis de desapropriação.
- (E) Não, pois a desapropriação de bens públicos submetem-se a restrições, não sendo possível ao Município desapropriar bens de propriedade dos Estados ou da União.

91

Em relação ao regime jurídico das empresas públicas federais, é correto afirmar que

- (A) são pessoas jurídicas de direito público, integram a administração descentralizada federal e gozam de todas as prerrogativas processuais aplicáveis à fazenda pública.
- (B) são pessoas jurídicas de direito público, integram a administração direta federal e, quando prestadoras de serviços públicos, seus bens são impenhoráveis.
- (C) são pessoas jurídicas de direito privado, integram a administração indireta federal e se submetem ao controle do Tribunal de Contas da União.
- (D) são pessoas jurídicas de direito privado, integram a administração central federal e somente podem ser criadas por lei, adotando a forma de sociedade anônima.
- (E) são pessoas jurídicas de direito privado, integram a administração hierárquica federal e, quando exploradoras de atividade econômica, estão dispensadas da observância de procedimento licitatório.

92

Há inexigibilidade de licitação quando

- (A) a contratação tiver por objeto bens e serviços comuns.
- (B) não acudirem interessados à licitação anterior e não houver tempo hábil para a abertura de novo procedimento.
- (C) a lei dispensar o administrador de realizar o procedimento licitatório, embora a competição seja juridicamente viável.
- (D) as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional.
- (E) for inviável a competição.

93

Em processos administrativos, a exigência de adequação entre meios e fins, vedando-se a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, é decorrência da aplicação do princípio do(a)

- (A) contraditório.
- (B) eficiência.
- (C) proporcionalidade.
- (D) motivação.
- (E) segurança jurídica.

94

O regime jurídico dos contratos administrativos previsto na Lei 8.666/93 confere à Administração Pública prerrogativas conhecidas como cláusulas exorbitantes. Dentre tais cláusulas, inclui-se a prerrogativa de a Administração

- (A) prorrogar, unilateralmente e por igual período, o contrato administrativo em que demonstrada a vantajosidade, sob pena de caracterização de inexecução imotivada do ajuste.
- (B) alterar unilateralmente as cláusulas econômico-financeiras e monetárias do ajuste.
- (C) exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, em valor não excedente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- (D) rescindir unilateralmente o contrato nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- (E) intervir, por prazo determinado, na prestação do serviço, com o fim de assegurar o adequado cumprimento das normas contratuais.

95

O Presidente de uma autarquia estadual formulou consulta a seu órgão de assessoria jurídica questionando qual o instrumento jurídico necessário para a concessão de aumento de remuneração aos servidores da entidade. A esse respeito, é correto responder que a concessão de aumento de remuneração aos servidores de uma autarquia estadual depende de

- (A) lei específica, de iniciativa da Chefia do Poder Executivo.
- (B) lei complementar, de iniciativa do presidente da autarquia.
- (C) decreto da Chefia do Poder Executivo.
- (D) decreto legislativo.
- (E) lei ordinária, de iniciativa da Presidência da autarquia.

96

O Tribunal de Contas do Estado XYZ (TCE), ao realizar auditoria em determinada entidade pública submetida ao seu controle, constatou irregulares nas medições realizadas durante a execução de um contrato de obra pública. Após observar o devido processo legal, o TCE identificou o gestor responsável pelas medições e quantificou o dano causado ao erário. Nessa situação hipotética, o TCE tem competência para

- (A) instaurar processo administrativo disciplinar contra o servidor e, após o devido processo legal, aplicar-lhe a sanção disciplinar cabível.
- (B) sustar a execução do contrato e aplicar multa sancionatória ao contratado e ao gestor responsável.
- (C) aplicar multa ao gestor responsável e imputar-lhe o débito decorrente do dano causado ao erário, em decisão dotada de eficácia de título executivo extrajudicial.
- (D) ajuizar ação de improbidade administrativa visando à condenação do gestor público ao ressarcimento do dano causado ao erário e à perda da função pública.
- (E) solicitar à Assembleia Legislativa a sustação do contrato, fixando-lhe o prazo de trinta dias para sua efetivação.

97

A respeito das modalidades de intervenção do Estado na propriedade, analise as afirmativas a seguir:

I. O prazo de caducidade do decreto expropriatório nas desapropriações por utilidade pública é de cinco anos, contados da data de sua expedição.

II. A ocupação temporária de terrenos vizinhos não edificados, vizinhos às obras públicas e necessários à sua realização, depende de decreto de declaração de necessidade e prévia indenização.

III. A desapropriação de bens pela União Federal efetiva-se após processo administrativo, sempre mediante justa indenização em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

98

A respeito do regime jurídico aplicável às parcerias público-privadas, analise as afirmativas a seguir:

I. Parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

II. A repartição objetiva de riscos entre as partes é uma diretriz a ser observada na contratação de parceria público-privada.

III. A celebração do contrato de parceria público-privada deve ser precedida da constituição de uma sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

99

De acordo com a Lei 8.666/93, são tipos de licitação

- (A) concorrência, tomada de preços e convite.
- (B) menor preço, melhor técnica e maior lance ou oferta.
- (C) empreitada por preço global, empreitada por preço unitário e empreitada integral.
- (D) dispensável, inexigível e dispensada.
- (E) melhor qualificação técnica, melhor qualificação jurídica e melhor qualificação econômico-financeira.

100

O desfazimento de atos administrativos pela própria Administração Pública por razões de conveniência e oportunidade denomina-se

- (A) revogação.
- (B) anulação.
- (C) homologação.
- (D) convalidação.
- (E) cassação.



F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS